

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR**



**Demonstrações Contábeis
e Notas Explicativas**

4º Trimestre de 2023



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA AGRICULTURA FAMILIAR
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E
CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO CONTÁBIL
4º TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2023

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis do Ministério do
Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
(Órgão Superior 49000), relativas ao 4º Trimestre
do Exercício de 2023.

Brasília - DF, 31 de janeiro de 2024

**MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR**

Luiz Paulo Teixeira Ferreira

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Fernanda Machiaveli

**SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO**

Diego Donizetti Gonçalves Machado

**COORDENADORA GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO,
FINANÇAS E CONTABILIDADE - SUBSTITUTA**

Giselle Aranha Farias

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Emerson Costa Nogueira Sousa

CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), é órgão da administração pública federal direta, criado pela Medida Provisória 1.154, de 01 de janeiro de 2023, e tem como áreas de competência:

- ✓ Reforma agrária, regularização fundiária em áreas rurais da União e do Incra;
- ✓ Acesso à terra e ao território por comunidades tradicionais;
- ✓ Cadastros de imóveis rurais e governança fundiária;
- ✓ Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras de comunidades quilombolas;
- ✓ Desenvolvimento rural sustentável voltado à agricultura familiar, aos quilombolas e a outros povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Política agrícola para a agricultura familiar, abrangendo produção, crédito, seguro, fomento e inclusão produtiva, armazenagem, apoio à comercialização e abastecimento alimentar;
- ✓ Sistemas agroalimentares em territórios rurais e urbanos, agricultura urbana e Peri urbana;
- ✓ Cadastro nacional da agricultura familiar;
- ✓ Cooperativismo, associativismo rural e sistemas agroindustriais da agricultura familiar;
- ✓ Energização rural e energias renováveis destinadas à agricultura familiar;
- ✓ Assistência técnica e extensão rural voltadas à agricultura familiar;
- ✓ Infraestrutura hídrica para produção e sistemas agrícolas e pecuários adaptadas à agricultura familiar, observadas as competências do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;
- ✓ Conservação e manejo dos recursos naturais vinculados à agricultura familiar;
- ✓ Pesquisa e inovação relacionadas à agricultura familiar;

- ✓ Cooperativismo e associativismo rural da agricultura familiar;
- ✓ Biodiversidade, conservação, proteção e uso de patrimônio genético de interesse da agricultura familiar;
- ✓ Educação do campo;
- ✓ Políticas de fomento e etnodesenvolvimento no âmbito da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Sistemas locais de abastecimento alimentar, compras públicas de produtos e alimentos da agricultura familiar;
- ✓ Comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos;
- ✓ Estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários; e
- ✓ Produção e divulgação de informações dos sistemas agrícolas e pecuários, incluídos produtos da sociobiodiversidade.

Integram a estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, além das unidades de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, quatro secretarias, três órgãos colegiados, quatro entidades vinculadas:

1) órgãos específicos singulares:

- a) Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia;
- b) Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental;
- c) Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar; e
- d) Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais.

2) Órgãos colegiados:

- a) Comitê Gestor do Garantia-Safra;
- b) Comitê Gestor do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF; e
- c) Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais;

3) Entidades vinculadas:

- a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra (autarquia);
- b) Companhia Nacional de Abastecimento – Conab (empresa pública);
- c) Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP (empresa pública);
- d) Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasa Minas (sociedade de economia mista)

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do MDA foram elaboradas observando o disposto na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000.; abrangendo, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e de suas entidades vinculadas no âmbito da administração direta e indireta (Órgão Superior 49000, no SIAFI, Órgãos Vinculados 22201 – INCRA, 22211 – CONAB, 49000 – MDA, 49001 – Fundo de Terras).

Este Relatório Contábil do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar contém as seguintes Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964, complementadas pelas notas explicativas referentes aos seus itens mais relevantes:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Balanço Financeiro – BF;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; e
- Notas Explicativas – NEs.

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI:

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras – a moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no Balanço Financeiro – BF e na Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Caixa e equivalentes de caixa – incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo – compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, transferências concedidas, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

No INCRA a conta de CRÉDITOS A RECEBER – Regularização é decorrente de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal. Os empréstimos e financiamentos a receber são constituídos de valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária, e no FUNDO DE TERRAS há Empréstimos e Financiamentos a Conceder pelos Agentes Financeiros, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débito oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimentos da aplicação financeira do BNDES.

No que diz respeito aos programas de empréstimos concedidos, o Programa Nacional de Crédito Fundiário, por meio do Terra Brasil, tem por objetivo de promover a compra de terra de trabalhadores rurais, além de servir como instrumento de investimento em infraestrutura, contratação de assistência técnica e extensão rural, estruturação de projetos produtivos. Cabe destacar, nesse programa, a disponibilidade de três linhas de crédito:

1. PNCF Social - estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal na qualidade de beneficiário direto ou membro de família cadastrada, com renda bruta anual de até R\$ 26.340,11 (vinte e seis mil, trezentos e quarenta reais e onze centavos) e patrimônio de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).
2. PNCF Jovem - detenham renda bruta anual de até R\$ 52.680,23 (cinquenta e dois mil seiscentos e oitenta reais e vinte e três centavos) e patrimônio de até R\$ 140.000,00

- (cento e quarenta mil reais) para jovens com idade superior a 18 (dezoito) anos e inferior a 30 (trinta) anos.
3. PNCF Mais - detenham renda bruta anual de até R\$ 52.680,23 (cinquenta e dois mil seiscentos e oitenta reais e vinte e três centavos) e patrimônio de até R\$140.000,00 (cento e quarenta mil reais).
 4. PNCF Empreendedor - detenham renda bruta anual superior a R\$ 52.680,23 (cinquenta e dois mil seiscentos e oitenta reais e vinte e três centavos) até 284.473,17 (duzentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e setenta e três reais e dezessete centavos) e patrimônio de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

É importante ressaltar que para todas essas linhas de crédito disponibilizadas, tanto a renda anual quanto o teto do financiamento são de R\$174.289,41, atualizados anualmente pelo índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA). Além disso, as linhas de crédito mencionadas possuem dois componentes: o subprojeto de aquisição de terras – SAT, para financiamento para a aquisição de imóvel rural amparado com recursos reembolsáveis do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, repassados por meio de contrato de financiamento; e o subprojeto de investimentos básicos – SIB, para projetos de infraestrutura básica e produtiva implementada pelos trabalhadores rurais beneficiários com recursos reembolsáveis do Fundo de Terras, incluído no contrato de financiamento de SAT.

Estoques – Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

No âmbito do MDA, a CONAB possui os maiores saldos desse grupo de ativos, em contas de Estoque de Mercadorias em Armazéns de Terceiros e Estoques Públicos.

Ativo realizável a longo prazo – Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, empréstimos e financiamentos concedidos, investimentos temporários e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Investimentos – São compostos por: participações permanentes, propriedades para investimento e demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: valor justo e custo depreciado.

Imobilizado – é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que, tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis – A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet – A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O

sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Reavaliação, redução ao valor recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade.

Passivos circulantes e não circulantes – as obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais, obrigações de repartições a outros entes, provisões e demais obrigações.

A conta “Precatório de terceiros”, no INCRA, registra as obrigações referente a precatórios, exceto precatórios de pessoal, de benefícios e de fornecedores de bens, materiais, serviços e utilidades.

Provisões – As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas, riscos fiscais, riscos cíveis, repartição de créditos tributários, provisões matemáticas, e outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo.

No MDA, as Provisões de Longo Prazo dividem-se em:

- a) Provisão para Indenizações Trabalhistas (curto e longo prazo) na CONAB;
- b) Provisões Matemáticas a Longo Prazo na CONAB;
- c) Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo na CONAB; e
- d) Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo na CONAB.

Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

a) Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

b) Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

c) Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	3.305.166.189,73	-	Despesas Orçamentárias	6.156.322.327,51	-
Ordinárias	665.882.923,19	-	Ordinárias	3.370.773.630,50	-
Vinculadas	2.344.890.190,94	-	Vinculadas	2.785.548.697,01	-
Seguridade Social (Exceto Previdência)	7.154,71	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	123.330.709,80	-
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	688.788.088,00	-
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-	Dívida Pública	665.591.861,06	-
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.339.731.305,11	-	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-
Recursos Extraorçamentários	-	-	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.307.838.038,15	-
Recursos Não Classificados	5.151.731,12	-	Recursos Extraorçamentários	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	294.393.075,60	-	Recursos Não Classificados	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	16.858.172.901,73	-	Transferências Financeiras Concedidas	15.005.926.193,43	-
Resultantes da Execução Orçamentária	12.093.202.560,83	-	Resultantes da Execução Orçamentária	7.768.311.345,15	-
Cota Recebida	3.920.948.317,37	-	Repasso Concedido	3.356.089.435,06	-
Repasso Recebido	3.760.032.333,37	-	Sub-repasso Concedido	4.412.221.910,09	-
Sub-repasso Recebido	4.412.221.910,09	-	Independentes da Execução Orçamentária	7.237.614.848,28	-
Independentes da Execução Orçamentária	4.764.970.340,90	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	469.118.337,90	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	814.818.277,60	-	Demais Transferências Concedidas	1.812.864.140,01	-
Demais Transferências Recebidas	1.917.232.484,62	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	4.955.291.479,17	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.030.911.426,96	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	340.891,20	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	2.008.151,72	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	1.684.754.110,12	-	Pagamentos Extraorçamentários	656.568.377,72	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	216.654.594,44	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	214.065.415,07	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.346.900.883,20	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	431.472.012,56	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	22.073.287,09	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.975.535,26	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	99.125.345,39	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	55.414,83	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	172.355,98	-	Valores Compensados	55.414,83	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	1.036,21	-			
Arrecadação de Outra Unidade	87.931.796,43	-			
Demais Recebimentos	11.020.156,77	-			
Saldo do Exercício Anterior	3.516.836.795,06	-	Saldo para o Exercício Seguinte	3.546.113.097,98	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.516.836.795,06	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.546.113.097,98	-
TOTAL	25.364.929.996,64	-	TOTAL	25.364.929.996,64	-

2. Balanço Patrimonial

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	
ATIVO CIRCULANTE	7.757.747.275,13		-
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.546.113.097,98		-
Créditos a Curto Prazo	3.807.022.099,29		-
Clientes	6.250.458,03		-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.126.050.482,58		-
Demais Créditos e Valores	1.677.615.714,63		-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-2.894.555,95		-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-		-
Estoques	404.610.084,73		-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-		-
VPDs Pagas Antecipadamente	1.993,13		-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	777.082.230.544,34		-
Ativo Realizável a Longo Prazo	17.173.158.961,00		-
Créditos a Longo Prazo	17.173.158.893,26		-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	8.144.011.357,66		-
Dívida Ativa Não Tributária	138.870.250,67		-
Créditos Previdenciários do RPPS			-
Demais Créditos e Valores	8.890.277.284,93		-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	67,74		-
Estoques	-		-
Investimentos	6.294.692,18		-
Participações Permanentes	4.298.209,22		-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	3.370,22		-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	14.757.487,66		-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-10.462.648,66		-
Propriedades para Investimento	1.995.321,48		-
Propriedades para Investimento	2.849.856,93		-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-854.535,45		-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-		-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-		-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-		-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-		-
Demais Investimentos Permanentes	1.161,48		-
Demais Investimentos Permanentes	1.161,48		-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-		-
Imobilizado	759.865.046.158,97		-
Bens Móveis	272.156.262,21		-
Bens Móveis	528.683.101,12		-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-252.989.182,36		-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-3.537.656,55		-
Bens Imóveis	759.592.889.896,76		-
Bens Imóveis	759.852.847.655,27		-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-259.957.758,51		-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-		-
Intangível	37.730.732,19		-
Softwares	36.961.157,04		-
Softwares	40.069.285,93		-
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-3.108.128,89		-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-		-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	490.506,40		-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	490.706,40		-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-200,00		-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-		-
Direitos de Uso de Imóveis	279.068,75		-
Direitos de Uso de Imóveis	279.068,75		-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-		-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-		-
Diferido	-		-
TOTAL DO ATIVO	784.839.977.819,47		-

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE	1.993.651.323,56	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	268.347.220,36	-
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	66.426.510,12	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.258.966,23	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	39.264.069,69	-
Provisões a Curto Prazo	119.875.796,96	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.498.478.760,20	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.019.106.526,53	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	102.002.821,78	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	917.103.704,75	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.012.757.850,09	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Patrimônio Social e Capital Social	302.801.001,74	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	7.626,91	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	13.656.525,98	-
Demais Reservas	555.772.909.482,12	-
Resultados Acumulados	225.737.845.332,63	-
Resultado do Exercício	-15.992.095.952,61	-
Resultados de Exercícios Anteriores	243.457.601.919,19	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.727.660.633,95	-
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	781.827.219.969,38	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	784.839.977.819,47	-

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	3.817.069.022,35	-	PASSIVO FINANCEIRO	1.906.601.694,63	-
ATIVO PERMANENTE	781.022.908.797,12	-	PASSIVO PERMANENTE	2.729.758.208,47	-
			SALDO PATRIMONIAL	780.203.617.916,37	

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.048.755.087,30	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.539.168.247,31	-
Atos Potenciais Ativos	1.048.755.087,30	-	Atos Potenciais Passivos	3.539.168.247,31	-
Garantias e Contragarantias Recebidas	71.987.066,37	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	7.178,66	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	974.108.804,13	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	1.513.518.907,33	-
Direitos Contratuais	2.659.216,80	-	Obrigações Contratuais	2.025.642.161,32	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	1.048.755.087,30	-	TOTAL	3.539.168.247,31	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.168.646.763,06
Recursos Vinculados	3.079.114.090,78
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-46.986.974,68
Previdência Social (RPPS)	-1.528,04
Dívida Pública	-184.353.635,67
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.183.926.207,84
Recursos Extraorçamentários	126.530.021,33
TOTAL	1.910.467.327,72

3. Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	23.758.689.417,66	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	85.110.178,43	-
Impostos	-	-
Taxas	85.110.178,43	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	2.558.073.763,50	-
Contribuições Sociais	35.192.724,64	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	2.522.881.038,86	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	116.613.555,19	-
Venda de Mercadorias	80.087.276,20	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	36.526.278,99	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	325.792.729,71	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	26.884.748,14	-
Juros e Encargos de Mora	87.376.401,99	-
Variações Monetárias e Cambiais	44.171.604,07	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	167.357.553,95	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.421,56	-
Transferências e Delegações Recebidas	17.960.218.306,40	-
Transferências Intragovernamentais	17.602.215.466,21	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	358.002.840,19	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.125.973.092,87	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	84.759.701,92	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	280.608.163,28	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.760.597.172,90	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	8.054,77	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	586.907.791,56	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	13.323.620,13	-
Resultado Positivo de Participações	55.790,84	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Subvenções Econômicas	64.009.044,22	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	271.701.638,83	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	237.817.697,54	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	39.781.049.191,07	-
Pessoal e Encargos	1.762.524.390,67	-
Remuneração a Pessoal	1.273.196.100,63	-
Encargos Patronais	436.230.549,20	-
Benefícios a Pessoal	40.143.768,67	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	12.953.972,17	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	811.113.282,62	-
Aposentadorias e Reformas	534.207.520,84	-
Pensões	257.335.758,87	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	19.570.002,91	-

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.162.310.199,30	-
Uso de Material de Consumo	9.890.394,78	-
Serviços	1.131.135.678,69	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	21.284.125,83	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.896.810,16	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	142.207,20	-
Variações Monetárias e Cambiais	1.730.120,14	-
Descontos Financeiros Concedidos	24.482,82	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	16.081.346.025,65	-
Transferências Intragovernamentais	15.753.145.380,07	-
Transferências Intergovernamentais	129.021.973,22	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	1.490.410,89	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	197.688.261,47	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	19.576.543.305,47	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	16.371.065.382,66	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	1.727.978,32	-
Incorporação de Passivos	2.311.674.576,38	-
Desincorporação de Ativos	892.075.368,11	-
Tributárias	25.888.371,86	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	23.926.286,98	-
Contribuições	1.962.084,88	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	153.115.350,30	-
Custo das Mercadorias Vendidas	153.115.350,30	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	206.311.455,04	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	43.202.038,60	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	75.418.755,57	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	87.690.660,87	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-16.022.359.773,41	-

4. Balanço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.430.218.537,00	2.430.218.537,00	3.134.308.399,09	704.089.862,09
Receitas Tributárias	56.816.464,00	56.816.464,00	59.579.885,25	2.763.421,25
Impostos	-	-	-	-
Taxas	56.816.464,00	56.816.464,00	59.579.885,25	2.763.421,25
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	1.394.744.416,00	1.394.744.416,00	2.581.564.054,25	1.186.819.638,25
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	1.394.744.416,00	1.394.744.416,00	2.581.564.054,25	1.186.819.638,25
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	140.174.644,00	140.174.644,00	174.158.025,06	33.983.381,06
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	10.009.536,00	10.009.536,00	9.663.028,32	-346.507,68
Valores Mobiliários	130.165.108,00	130.165.108,00	164.494.996,74	34.329.888,74
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	95.372.517,00	95.372.517,00	67.852.885,33	-27.519.631,67
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	27.099.578,00	27.099.578,00	41.585.308,35	14.485.730,35
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	68.272.939,00	68.272.939,00	26.267.576,98	-42.005.362,02
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	743.110.496,00	743.110.496,00	251.153.549,20	-491.956.946,80
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.990.542,00	1.990.542,00	1.008.050,40	-982.491,60
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	55.172.714,00	55.172.714,00	66.437.944,90	11.265.230,90
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	928.821,00	928.821,00

Demais Receitas Correntes	685.947.240,00	685.947.240,00	182.778.732,90	-503.168.507,10
RECEITAS DE CAPITAL	276.331.661,00	276.331.661,00	170.857.790,64	-105.473.870,36
Operações de Crédito	386.655,00	386.655,00	-	-386.655,00
Operações de Crédito Internas	386.655,00	386.655,00	-	-386.655,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	94.210.324,00	94.210.324,00	102.510.415,24	8.300.091,24
Alienação de Bens Móveis	-	-	486.580,74	486.580,74
Alienação de Bens Imóveis	94.210.324,00	94.210.324,00	102.023.834,50	7.813.510,50
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	181.734.682,00	181.734.682,00	68.347.375,40	-113.387.306,60
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	2.706.550.198,00	2.706.550.198,00	3.305.166.189,73	598.615.991,73
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.706.550.198,00	2.706.550.198,00	3.305.166.189,73	598.615.991,73
DEFICIT	-	-	2.851.156.137,78	2.851.156.137,78
TOTAL	2.706.550.198,00	2.706.550.198,00	6.156.322.327,51	3.449.772.129,51
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	584.728.068,00	-	-584.728.068,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	584.728.068,00	-	-

DESPESA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPEAS CORRENTES	3.211.993.570,00	4.318.719.577,01	5.260.579.476,52	4.422.909.084,43	4.209.793.200,31	-941.859.899,51
Pessoal e Encargos Sociais	2.063.983.642,00	2.424.817.688,00	2.441.943.983,41	2.440.447.685,85	2.266.504.616,77	-17.126.295,41

Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.148.009.928,00	1.893.901.889,01	2.818.635.493,11	1.982.461.398,58	1.943.288.583,54	-924.733.604,10
DESPESAS DE CAPITAL	529.481.280,00	914.693.522,00	895.742.850,99	386.512.359,88	382.973.649,56	18.950.671,01
Investimentos	84.493.369,00	113.508.349,00	92.365.342,00	5.440.703,31	5.193.123,99	21.143.007,00
Inversões Financeiras	444.987.911,00	801.185.173,00	803.377.508,99	381.071.656,57	377.780.525,57	-2.192.335,99
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	922.393.530,00	922.393.530,00	-	-	-	922.393.530,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	4.663.868.380,00	6.155.806.629,01	6.156.322.327,51	4.809.421.444,31	4.592.766.849,87	-515.698,50
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.663.868.380,00	6.155.806.629,01	6.156.322.327,51	4.809.421.444,31	4.592.766.849,87	-515.698,50
TOTAL	4.663.868.380,00	6.155.806.629,01	6.156.322.327,51	4.809.421.444,31	4.592.766.849,87	-515.698,50

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	66.851.787,28	182.660.061,00	150.359.915,41	148.367.864,09	24.492.468,14	76.651.516,05
Pessoal e Encargos Sociais	105.995,46	9.714.220,39	1.742.644,16	1.742.644,16	7.512.396,84	565.174,85
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	66.745.791,82	172.945.840,61	148.617.271,25	146.625.219,93	16.980.071,30	76.086.341,20
DESPESAS DE CAPITAL	269.188.638,93	300.234.834,44	292.136.603,71	283.104.148,47	74.987.236,68	211.332.088,22
Investimentos	224.216.969,08	113.532.954,23	121.810.647,01	112.778.191,77	30.521.122,90	194.450.608,64
Inversões Financeiras	44.971.669,85	186.701.880,21	170.325.956,70	170.325.956,70	44.466.113,78	16.881.479,58
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	336.040.426,21	482.894.895,44	442.496.519,12	431.472.012,56	99.479.704,82	287.983.604,27

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	9.759.118,08	183.263.746,57	181.424.778,89	2.921.163,34	8.676.922,42
Pessoal e Encargos Sociais	1.088.891,72	125.782.369,94	125.478.895,22	51.455,59	1.340.910,85
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8.670.226,36	57.481.376,63	55.945.883,67	2.869.707,75	7.336.011,57
DESPESAS DE CAPITAL	16.404.810,34	39.172.584,61	32.640.636,18	7.576.900,34	15.359.858,43
Investimentos	13.873.399,43	34.190.305,58	26.713.592,27	7.496.960,35	13.853.152,39
Inversões Financeiras	2.531.410,91	4.982.279,03	5.927.043,91	79.939,99	1.506.706,04
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	26.163.928,42	222.436.331,18	214.065.415,07	10.498.063,68	24.036.780,85

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	431.425.493,36	-
INGRESSOS	20.113.507.577,32	-
Receita Tributária	59.579.885,25	-
Receita de Contribuições	2.581.564.054,25	-
Receita Patrimonial	9.720.699,04	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	67.852.885,33	-
Remuneração das Disponibilidades	164.437.326,02	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	251.153.549,20	-
Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	16.979.199.178,23	-
Ingressos Extraorçamentários	22.073.287,09	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	1.036,21	-
Transferências Financeiras Recebidas	16.858.172.901,73	-
Arrecadação de Outra Unidade	87.931.796,43	-
Demais Recebimentos	11.020.156,77	-
DESEMBOLSOS	-19.682.082.083,96	-
Pessoal e Demais Despesas	-4.233.822.563,83	-
Administração	-95.709,42	-
Assistência Social	-477.571.090,11	-
Previdência Social	-731.090.735,42	-
Saúde	-	-
Direitos da Cidadania	-267.298,44	-
Agricultura	-608.521.591,18	-
Organização Agrária	-1.980.288.053,40	-
Encargos Especiais	-436.160.441,84	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	172.355,98	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-431.302.376,61	-
Intergovernamentais	-133.804.769,27	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-9.730.852,45	-
A Municípios	-124.073.916,82	-
Intragovernamentais	-280.540.479,89	-
Outras Transferências Concedidas	-16.957.127,45	-
Outros Desembolsos Operacionais	-15.016.957.143,52	-
Dispêndios Extraorçamentários	-10.975.535,26	-
Transferências Financeiras Concedidas	-15.005.926.193,43	-
Valores Compensados	-55.414,83	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-402.149.190,44	-
INGRESSOS	170.857.790,64	-
Alienação de Bens	102.510.415,24	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	68.347.375,40	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-573.006.981,08	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-13.513.915,55	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-552.712.885,47	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-6.780.180,06	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	29.276.302,92	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.516.836.795,06	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.546.113.097,98	-

6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023	302.801.001,74	-	7.626,91	43.920.346,78	12.760.314,16	246.784.615.054,77	-	-	247.144.104.344,36
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	15.771.763.817,78	-1.554.146.784,67	-	-	14.217.617.033,11
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	539.988.385.350,18	-3.500.740.601,52	-	-	536.487.644.748,66
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-16.022.359.773,41	-	-	-16.022.359.773,41
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-30.263.820,80	-	30.477.437,46	-	-	213.616,66
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2023	302.801.001,74	-	7.626,91	13.656.525,98	555.772.909.482,12	225.737.845.332,63	-	-	781.827.219.969,38

NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir, apresentam-se as notas explicativas referentes aos fatos, valores e registros mais relevantes na análise das demonstrações contábeis do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar no segundo trimestre de 2023.

Inicialmente cumpre destacar que o Órgão 49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, foi recriado no SIAFI no exercício de 2023. Portanto não há dados referentes ao Órgão no exercício de 2022 para servir de parâmetro de comparação para análises horizontais das demonstrações contábeis. Assim, a data base para análise durante o exercício de 2023 será janeiro/2023.

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, representando recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Abaixo, a distribuição do valor no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e Órgãos vinculados:

ÓRGÃO	SALDO (R\$)
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA	3.085.325.579,54
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	344.358.010,32
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR	90.260.379,36
FUNDO DE TERRAS	26.169.128,76
TOTAL	3.546.113.097,98

A distribuição por tipo de disponibilidade está assim composta:

CONTA CONTÁBIL	SALDO (R\$)
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	5.379.639,72
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	7.950,00
TITULOS DA DÍVIDA AGRARIA	2.546.528.340,66
TITULOS DA DÍVIDA AGRARIA EM TRÂNSITO	39.924.149,03
FUNDO DE APLICACAO FINANCEIRA	3.585.302,70
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	1.252.481,01
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	802.961.415,30
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	146.473.819,56
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO-PAGTO INST - OFSS	0,00
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- OP/PI - OFSS	0,00
TOTAL	3.546.113.097,98

Do valor total registrado, 71,81% se referem a Títulos da Dívida Agrária, que compõe o ativo do INCRA, e se referem às apropriações de títulos para realização de pagamentos relacionados a política de reforma agrária.

Nota 02 - Clientes – CP

O saldo neste grupo de contas se concentra no Órgão 22211 – CONAB, e se referem a duplicatas a receber, referente a prestação de serviços de armazenagem de grãos.

O saldo de R\$ 6,25 milhões está registrado nas diversas unidades gestoras operacionais da CONAB, em que se verificou uma variação positiva superior à 150% no exercício.

Nota 03 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Abaixo segue a composição do Grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:

	JAN/2023	DEZ/20023
13 SALÁRIO - ADIANTAMENTO	4.309.962,50	6.033.054,85
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	5.832.792,37	5.506.722,95
VIAGENS - ADIANTAMENTO	120.244,52	67.667,73
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	10.353.507,61	11.929.568,45
ADIANTAMENTO CONCEDIDO	1.235.198,74	1.322.256,81
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	90.477.640,56	345.542.915,55
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	28.621,45	28.621,45
ADIANTAMENTO DE IRPJ E CSLL		0,00
TOTAL ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	112.357.967,75	370.430.807,79
AJUSTE PARA PERDAS - SUBGRUPO 113 (C/C 090)	(868.922,81)	(868.922,81)
TOTAL AJUSTE P/PERDA DEMAIS CRED/VALOR CURTO PRAZO	(868.922,81)	(868.922,81)
CRED A REC POR FOLHA DE PAGAMENTO	22.265,41	34.710,85
CRED A REC POR DANO AO PATRIMONIO	1.725.827,45	1.725.827,45
CRED A REC POR DEB DE TERCEIRO EM PREST SERV	133.043,81	133.043,81
CRED A REC DECOR FALTA/IRREG COMPROVACAO	4.799.559,73	4.799.559,73
TOTAL DEPOSITOS REST E VALORES VINCULADOS A RECEBER	6.680.696,40	6.693.141,84
DEPOSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	5,45	5,45
TOTAL DEPOSITOS REST E VALORES VINCULADOS A RECEBER	5,45	5,45
ALUGUÉIS A RECEBER	351,67	0,00
VALORES A REC POR DEVOLUCAO DESP. ESTORNADAS	172.297,51	826.001,09
VALOR A REC C/GRU DE DESP VINC CONVEN ESTORNA	45.237,53	45.237,53
SAQUES POR CARTAO DE PAGTO A CLASSIFICAR	3.440,00	6.020,00
CRED A REC DECOR DE INFRAC LEG E CONTRATUAIS	652.872,24	27.542,11

CRED A REC POR REEMB SALÁRIO MATERNIDADE PG	0,00	2.562,53
CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	131.391,84	106.032,06
CRED A REC POR ALIENACAO BENS MOVEIS/IMOVEIS	29.268.576,03	28.939.557,41
CRED A REC DE ACERTO FINAN C/SERVIDOR/EX SERV	57.655.048,87	68.929.839,97
CRED A REC DECORRENTES DE FOLHA PAGAMENTO	1.014,85	1.014,85
RECURSOS DA UNIAO	98.053.089,52	98.398.006,85
CRED A REC POR CESSAO DE CREDITOS PELA UNIAO	185.975.514,16	166.186.947,08
CREDITOS PARCELADOS	4.576.492,68	3.840.062,41
CRED A REC - REGULARIZ FUNDIARIA E REF AGRARI		11.293.139,00
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	456.896.313,42	749.340.461,67
TOTAL OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	833.431.640,32	1.127.942.424,56
ICMS A RECUPERAR / COMPENSAR	77.037.885,45	80.348.148,43
ICMS DIFERIDO	86.330.334,01	85.477.748,31
IRRF A COMPENSAR	28.420,46	83.634,86
IR E CSLL A RECUPERAR/COMPENSAR	1.043,60	6.624.714,94
COFINS A RECUPERAR / COMPENSAR		0,00
PIS/PASEP A RECUPERAR/COMPENSAR	3.130,82	12.401,50
IR E CSLL A RECUPERAR / COMPENSAR - INTRA	678,33	2.686,95
TOTAL TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	0,00	0,00
TOTAL	163.401.492,67	172.549.334,99

Verifica-se que aproximadamente 45% do valor total se refere a Termos de Execução Descentralizada firmados com outros órgãos da Administração Pública Federal para consecução das políticas do Ministério e seus Órgãos vinculados.

Outra rubrica expressiva neste grupo de contas são os Adiantamentos a Fornecedores. Representando 20,61%, os valores se referem a registros, feitos pela CONAB, de aquisição de produtos para posterior incorporação aos estoques quando de seu recebimento.

Foi nessas duas contas que se verificou também os maiores acréscimos no período que resultaram na variação de 50,38% observada neste grupo de contas.

Nota 04 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – CP

Nesse grupo de contas estão registradas duas rubricas:

- Os Empréstimos Concedidos a Receber, no total de R\$ 67 milhões, que se referem a valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária, registrados no INCRA;
- E os Empréstimos a Conceder pelos Agentes Financeiros – no total de R\$ 2,058 bilhões (96,81% do valor total) e se referem à capitalização do FUNDO DE TERRAS, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03. São valores próprios do Fundo, oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimento da aplicação financeira e reembolso, disponíveis para concessão de novos

empréstimos no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Nesse montante foi registrada a variação positiva de 22,31% observada no grupo de contas, tendo em vista a transferência de receitas arrecadadas pelos agentes financeiros (Banco do Brasil - BB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES), e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no exercício.

Cabe pontuar que em relação a esse grupo de contas, há distorções nos valores registrados:

- a) No INCRA não está sendo contabilizado os juros contratuais por competência; e
- b) Não estão sendo contabilizados os juros contratuais referentes aos financiamentos com o BNDES responsável pela gestão financeira do FTRA, com a atribuição de receber os recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003

Em ambos os casos, já há nos órgãos tratativas junto a CCONT/STN para promover os ajustes necessários e estabelecer a rotina para esses registros.

Nota 05 – Estoques - CP

Do valor total de R\$ 404 milhões, 98% são estoques destinados à revenda ou doação, administrados pela CONAB. O valor representa 0,05% do ativo total do Órgão Superior. A variação observada no exercício, superior à 230%, se refere, quase que em sua totalidade, a aquisição de estoques públicos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

A Doação de alimentos dos estoques governamentais visa promover ações de suplementação alimentar, em articulação com entidades públicas e/ou de interesse social, com atuação direta em ações de segurança alimentar e nutricional. Podem ser doados produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar (amparado pela Resolução nº 81/2018, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - GGPAA); bem como saldos remanescentes de produtos adquiridos para atendimento à Ação de Distribuição de Alimentos - ADA, vinculados ao estoque estratégico, com prazo de validade igual ou inferior a 45 (quarenta e cinco) dia.

Nota 06 - Clientes – LP

A variação patrimonial negativa (-100%) nesse grupo de contas, se deram pela baixa do saldo de seis devedores registrados na Unidade da CONAB no estado do Rio de Janeiro, autorizados pelo Superintendente Regional, em conformidade com a Resolução 003/2012 – CONAB.

Nota 07 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – LP

Nesse grupo de contas estão registradas duas rubricas:

- a) Os Empréstimos a Receber, no total de R\$ 4,9 bilhões, registrados no INCRA, referentes a valores a receber de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);
- b) E os Financiamentos Concedidos a Receber – no total de R\$ 3,2 bilhões, referentes aos contratos de financiamentos firmados no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF.

Cabe pontuar que em relação a esse grupo de contas, há distorções nos valores registrados:

- a) No INCRA não está sendo contabilizado os juros contratuais por competência; e
- b) Não estão sendo contabilizados os juros contratuais referentes aos financiamentos com o BNDES responsável pela gestão financeira do FTRA, com a atribuição de receber os recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003

Em ambos os casos, já há nos órgãos tratativas junto a CCONT/STN para promover os ajustes necessários e estabelecer a rotina para esses registros.

Nota 08 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Do valor total de R\$ 8,89 bilhões, 82,66% se referem a conta “Créditos a Receber – Regularização Fundiária e Reforma Agrária” que registra os valores a receber decorrentes da emissão de títulos, pela União, em processos de regularização fundiária de terras de sua competência, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal.

Nota 09 – Bens Imóveis

Os bens imóveis representam 96,82% do ativo total do MDA, num valor total de R\$ 759.852.847.655,27 (setecentos e cinquenta e nove bilhões, oitocentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e vinte e sete centavos), assim distribuídos entre os órgãos que compõe o Ministério:

	INCRA	CONAB	MDA
BENS DE USO ESPECIAL	757.204.100.777,05	323.817.818,09	
BENS DOMINICAIS	1.792.190.117,41		
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	456.661.885,28	19.477.036,89	
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	2.252.248,01	9.240.479,98	17.937.968,00
INSTALAÇÕES	14.528.545,71	178.634,50	8.023.121,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	4.439.023,35		
DEPREC./ACUM./AMORT. ACUMULADA - BENS	(33.525.785,01)	(226.431.973,50)	
TOTAL	759.440.646.811,80	126.281.995,96	25.961.089,00

Do total dos bens imóveis, se destacam os Bens de Uso Especial, que representam 99% do total, registrados, quase em sua totalidade no INCRA. A tabela a seguir apresenta a composição deste grupo:

BENS DE USO ESPECIAL – COMPOSIÇÃO	SALDO
FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS	331.336.934.520,59
TERRENOS, GLEBAS	424.870.565.223,19
EDIFÍCIOS	285.194.544,83
COMPLEXOS, FÁBRICAS E USINAS	72.935.523,42
IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	8.016.793,37
OUTROS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	954.271.989,74
TOTAL	757.527.918.595,14

Verifica-se que 98,82% dos valores estão registrados nas contas “Fazendas, Parque e Reservas” e “Terrenos e Glebas”, do INCRA. Esses imóveis rurais encontram-se, quase que em sua totalidade, cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial – SPIUnet, conforme prevê a Portaria Conjunta STN-SPU 703/2014.

Esses imóveis são valorados com base na Planilha de Preços Referenciais (PPR) elaborada pelo INCRA, como resultado do produto do Valor da Terra Nua (VTN).

Observou-se no exercício uma variação de 238,18% no total das contas de Bens Imóveis do MDA. Essa relevante variação foi registrada conforme histórico relatado a seguir.

Com base em Auditoria Financeira realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no Balanço Geral da União (BGU) referente ao exercício de 2022, foram identificadas distorções significativas nestas contas de bens imóveis do INCRA, resultando em subavaliação no Ativo Patrimonial, por falta de atualização dos valores dos imóveis rurais, tendo por base a Planilha de Preços Referenciais – PPR.

Nesse sentido, foi solicitado que a Autarquia, elaborasse um plano de ação para reavaliação dos imóveis que estivessem sem atualização dos valores há mais de dois anos e que a respectiva PPR tivesse sido atualizada posteriormente à última reavaliação do imóvel.

Como resposta, em 18 de outubro de 2023, foi publicada a Portaria nº 194, com o objetivo de Instituir Grupo de Trabalho para atualizar os valores dos bens imóveis rurais cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial - SPIUNET, com o objetivo de corrigir a subavaliação do patrimônio da Autarquia, apresentado pelos Órgãos de Controle.

No dia 18 de outubro de 2023, foi publicada a Portaria nº 204 - INCRA com o objetivo de prorrogar o prazo do Grupo de Trabalho para atualizar os valores dos bens imóveis rurais cadastrados no SPIUNET.

Nesse sentido, foi criada, no âmbito do INCRA, uma Força Tarefa Multidisciplinar com a participação de servidores de diversas unidades gestoras da Autarquia, com conhecimento técnico para realizar o lançamento no SPIUNET e conseqüentemente a ratificação dos valores no SIAFI. O objetivo do Grupo de Trabalho era atualizar os valores dos 9.506 (nove mil quinhentos e seis) bens imóveis rurais da Autarquia cadastrados no SPIUNET, tendo por base a Planilha de Preços Referenciais de outubro de 2023, fornecida pelo setor responsável pelo

Sistema de Mercado de Terras, visando assim, corrigir o valor do patrimônio da Autarquia e efetivar ajustes no SIAFI decorrentes dessas atualizações.

Desse trabalho, obteve-se a atualização de 9.506 (nove mil quinhentos e seis) imóveis rurais. Foi obtido novo valor total da soma da estimativa de valor de cada parcela, inicialmente prevista, subtraindo os valores em virtude dos cancelamentos efetivados e somando os novos valores obtidos com as correções efetivadas. O novo valor estimado finalizou na ordem de R\$ 752.560.139.225,84 (setecentos e cinquenta e dois bilhões, quinhentos e sessenta milhões, cento e trinta e nove mil duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

Todas as inconsistências contábeis detectadas no SIAFI, por meio da transação “CONDESAUD”, relacionadas aos trabalhos da equipe, foram devidamente identificadas e corrigidas, não restando, portanto, nenhum desequilíbrio nos demonstrativos contábeis do órgão e conseqüentemente no Balanço Geral da União – BGU.

Com isso, consta do Balanço Patrimonial do INCRA, encerrado em 31/12/2023, o valor de R\$ 756.014.699.654,55 (setecentos e cinquenta e seis bilhões, quatorze milhões, seiscentos e noventa e nove mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), somado os valores constantes das contas “Fazendas, Parque e Reservas” e “Terrenos e Glebas” do INCRA, registradas no SPIUNET.

Quanto às justificativas, após um interstício entre estimativas de 6 (seis) anos, pois a última atualização registrada foi no ano de 2018 e a nova atualização dos valores só vem a ocorrer em novembro de 2023, ocorre que exatamente nesse período é observada a maior variação nominal do valor das terras rurais nos últimos 20 anos no Brasil. A tabela 2 abaixo apresenta os valores médios e por uso de terras rurais, no período de 2002 a 2022 (conforme dados da S&P Global). Pela análise da tabela 2 resta categórico este fato. O valor médio da terra variou no Brasil de algo em torno de 13 mil reais por hectare, em dezembro de 2018, para aproximadamente 25 mil reais por hectare, em dezembro de 2022. Variações maiores podem ser observadas em determinados usos, como para produção de grãos, cana e café, por exemplo.

Outro aspecto extremamente importante é o grau de precisão das Planilhas de preços Referenciais (PPR), nos dois diferentes momentos: 2018 (data da, até então, última reavaliação dos imóveis) e 2023. As PPRs são a base de dados adotada como referência para estimativa dos valores, tanto em 2018 como em 2023. Em 2018 a base de dados apresentava um grau de defasagem maior em comparação com a base de dados adotada na atualização de 2023.

A base de dados mais bem qualificada em 2023 se deve ao esforço direcionado do INCRA no sentido de qualificar suas bases. Inclusive, atualmente foi disponibilizado por parte daquela Autarquia dois importantes instrumentos no sentido de corrigir assimetrias de informações para a sociedade, relativos valores referenciais de terras: o Sistema de Mercado de Terras (SIMET) e o primeiro Atlas do Mercado de Terras – INCRA (simet.incra.gov.br). Desta forma, é patente o processo de qualificação do referencial de valores de terras bem como do processo de monitoramento do valor das terras por meio da elaboração regular das PPR realizado pelo INCRA.

Nota 10 - Marcas, Direitos e Patentes Industriais

O acréscimo no valor de R\$ 281.260,47 (duzentos e oitenta e um mil, duzentos e sessenta reais e quarenta e sete centavos) que representou uma variação superior a 150% no

grupo de contas ocorreu em função de saldos transferidos do Ministério da Agricultura e Pecuária para o MDA, em função da cisão do Órgão em função da Lei 14.600/2023.

Nota 11 – Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - CP

Representando 2,20% do passivo total do órgão, esse grupo de contas tem saldo de R\$ 66 milhões, assim distribuídos pelos órgãos do MDA:

ÓRGÃO		SALDO - R\$
22201	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	41.475.994,77
22211	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	21.067.853,33
49000	MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR	3.882.662,02
TOTAL		66.426.510,12

Nota 12 – Provisões para Riscos Trabalhistas - CP

Nessa rubrica estão registradas as provisões para indenizações trabalhistas registradas pela CONAB com vencimento estimado para até o fim do exercício financeiro seguinte. Os valores são apurados pela área jurídica da companhia e constam de planilha de passivos contingentes elaboradas trimestralmente. O total registrado ao fim do exercício era de R\$ 95 milhões, representando 3,16% do passivo exigível do órgão Superior.

Nota 13 – Valores Restituíveis - CP

Esse grupo de contas, que no fim do exercício correspondia a 2,94% do passivo exigível, compreende valores de terceiros ou retenções em nome deles, exigíveis no curto prazo, como, por exemplo, os relativos a consignações, retenções fiscais e previdenciárias, empréstimos e financiamentos descontados em folha.

Nota 14 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Do valor total de R\$ 1,4 bilhão, 71,5% estão registrados na CONAB, e se referem ao registro do diferimento da receita da política de estoques públicos. Outros 20% se referem a Termos de Execução Descentralizada a Comprovar, firmados por INCRA, CONAB e MDA.

Nota 15 – Provisões para Riscos Trabalhistas - LP

Nessa rubrica estão registradas as provisões para indenizações trabalhistas registradas pela CONAB com vencimento estimado para após o fim do exercício financeiro seguinte. Os valores são apurados pela área jurídica da companhia e constam de planilha de passivos contingentes elaboradas trimestralmente. O total registrado ao fim do exercício era de R\$ 51 milhões, representando 1,44% do passivo exigível do órgão Superior.

Nota 16 – Provisões para Riscos Cíveis - LP

Nessa rubrica estão registradas as provisões para pagamentos indenizações cíveis em processos cuja CONAB figura em polo passivo, com vencimento estimado para após o fim do exercício financeiro seguinte. Os valores são apurados pela área jurídica da companhia e constam de planilha de passivos contingentes elaboradas trimestralmente. O total registrado ao fim do exercício era de R\$ 43 milhões, representando 1,70% do passivo exigível do órgão Superior.

Nota 17 – Outras Obrigações a Longo Prazo

O valor total de R\$ 916 milhões, que correspondem a 89,93% do passivo exigível do Órgão Superior, está registrado na CONAB e decorre da diferença entre a atualização do contrato de saldamento e as parcelas pagas, firmado entre a Empresa e o Instituto Conab de Seguridade Social (CIBRIUS). O contrato foi firmado para saldar o plano de previdência complementar da CONAB, cujos repasses serão disponibilizados pelo Tesouro Nacional em 228 parcelas, conforme contrato aprovado pelos órgãos superiores. Em dezembro/2023 foi paga a parcela 48/228 do acordo.

II – Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 18 – Transferências Intragovernamentais (VPA)

As transferências intragovernamentais representam 74,09% das Variações Patrimoniais Aumentativas no exercício, se referem às transferências relativas à execução orçamentária, e de bens e valores, para execução das atividades e políticas do Ministério e dos Órgãos Vinculados.

Nota 19 – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico

Representado 10,62% das VPAs do Órgão, num montante de R\$ 2,5 bilhões, o valor se refere à arrecadação da CIDE pela Receita Federal, repassada ao INCRA, decencionalmente.

Nota 20 – Outras Transferências e Delegações Recebidas

Do valor total registrado nesse grupo de VPAs, R\$ 231 milhões (54,24%) se referem ao recebimento de transferência de bens imóveis de uso especial pela Superintendência do INCRA no estado do Mato Grosso do Sul, da Superintendência do Patrimônio da União do mesmo estado federativo, no mês de janeiro.

Nota 21 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas

Do valor total de R\$ 16,37 milhões registrado nesse grupo de VPAs, quase a totalidade do saldo se refere a ajustes promovidos pelo INCRA no processo de reavaliação dos bens imóveis de uso especial registrados naquela Autarquia.

EMERSON COSTA NOGUEIRA SOUSA
Contador Responsável
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar